

Seplan prevê em 45% do PIB gasto com dívida interna

BRASÍLIA — O Executivo encaminhou ontem ao Congresso a proposta para o Orçamento de 1990, composta por seis volumes e estabelecendo que mais da metade de todas as despesas será consumida pelo serviço da dívida pública. A previsão é de que as amortizações e encargos custarão ao Tesouro 45,9% do PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, de tudo o que será produzido no país no ano. Esta cifra só não será maior porque os recursos estabelecidos no projeto são suficientes para pagar juros de 12,68% ao ano. O atual governo está pagando, para segurar a inflação, taxas de mais de 3% ao mês.

A entrega da proposta orçamentária teve até seu lado engraçado. Ao ir até o gabinete do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, com três livros de aproximadamente 3.000 páginas contendo o projeto, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, não deixou de brincar com a carga de trabalho que o Legislativo terá pela frente para analisar e votar a matéria. As piadas se multiplicaram quando começaram a chegar ao gabinete de Carneiro as 19 caixas de papelão que continham as listas de funcionários de cada órgão da administração federal e seus salários.

Dívida — O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Parente, argumenta que o importante na administração da dívida interna é a emissão líquida de títulos — a diferença entre o volume de papéis colocados no mercado e o total resgatado. “A dívida nova será de 5,54% do PIB, pois uma parcela dos juros será paga com o resultado operacional do Banco Central”, explica. Em valores de maio — parâmetro do orçamento — os juros da dívida custarão NCz\$ 34,4 bilhões, dos quais NCz\$ 8 bilhões serão cobertos com o lucro que o BC obtém com a remuneração — paga pelo próprio Tesouro — dos títulos públicos, mantidos na sua carteira. O total emitido também inclui a parcela de amortização da dívida de estatais e os investimentos.

Esta foi a primeira vez que o orçamento da União abrangeu as amortizações da dívida, pois até 1989 o Congresso conhecia apenas os encargos, que são a menor parcela a ser paga. Para 1990 as amortizações custarão 38,68% do PIB e os encargos 7,22%. No total de despesas previstas para o próximo ano — 71,13% do PIB — pessoal e encargos custarão 5,09% e as transferências a estados e municípios 2,88%. Pedro Parente revelou que o total de recursos que a União vai repassar aos estados e municípios representa mais que o dobro do que foi transferido em 1983, quando se iniciou o programa de reforma tributária, com a Emenda Passos Porto aprovada no final daquele ano.

A proposta encaminhada prevê que as despesas do Orçamento serão corrigidas mensalmente por 90% do IPC ou pela variação dos ganhos de receita — dos dois, o menor. Esse índice será chamado de URQ (Unidade de



Foram necessários cinco funcionários para levar o Orçamento

Despesa fiscal e da seguridade social

(NCz\$ milhões)

Especificação	Valor	Total % PIB
Pessoal e enc. sociais	24.242,7	5,09
Serviço da dívida	218.651,1	45,90
— Encargos	34.392,1	7,22
— Amortização	184.264,0	38,68
Transfer. a estados e munic.	13.702,9	2,88
Outras desp. corr. e de capital	80.495,1	16,89
— Investimentos	8.481,4	1,78
— Diversos	72.013,7	15,11
Reserva de contingência	1.765,0	0,37
Total	338.861,8	71,13

* Valores em cruzados de maio/1989.
Fonte: SOF/Seplan

Referência Orçamentária). Em julho o Congresso deve rever esta programação e corrigir possíveis distorções para que, até o final de 1990, a correção das despesas seja feita todos os meses pela variação integral do IPC. Segundo Pedro Parente, as despesas com a dívida pública estão condicionadas a este teto, mas as dotações previstas serão suficientes para manter o pagamento em dia até a revisão, mesmo que a remuneração dos títulos seja igual à inflação mais juros reais de 12,68% ao ano.

O Orçamento de 1990 vai obrigar a uma contenção de despesas ainda maior do que a observada neste ano, segundo Parente. Na proposta atual, NCz\$ 5,9 bilhões de despesas são “condicionais”, isto é, só poderão ser efetivadas se o Congresso aprovar o pacote

tributário encaminhado pelo presidente Sarney na semana passada. Esse valor representa 1,2% do PIB e inclui dotações para programas em todas as áreas. O pacote inclui, além da criação de impostos, como o de grandes fortunas, taxação das operações à vista em bolsas de valores e cortes em incentivos fiscais. No orçamento, as perdas da União com a concessão de incentivos serão reduzidas de 1,53% para 1,19% do PIB.

O corte de 0,34% do PIB é menor do que o previsto inicialmente porque o fim da isenção tributária para microempresas e os benefícios da Lei Sarney foram retirados da proposta original. Essa redução foi compensada com cortes de gastos em outros setores, de acordo com explicação do secretário da SOF.